



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS

\*\*\*\*\*

215

PROJETO DE LEI N. \_\_\_\_/2025

“Institui, no Município de Araguari/MG, o programa ‘Adote uma Escola’, para formação de parcerias com pessoas físicas e jurídicas visando melhorias na infraestrutura das unidades escolares da rede pública municipal.”

A Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

**Art.1º** Fica instituído, no âmbito do Município de Araguari, o programa “Adote uma Escola”, com o objetivo de fomentar parcerias voluntárias com a iniciativa privada e com pessoas físicas para aprimorar a infraestrutura das unidades escolares municipais, sem qualquer interferência na gestão didático-pedagógica ou administrativa.

**§1º** Poderão ser adotadas unidades escolares em sua totalidade ou parcialmente, abrangendo, entre outros espaços:

- I – biblioteca;
- II – salas de aula;
- III – brinquedoteca;
- IV – laboratórios;
- V – quadras e áreas esportivas;
- VI – demais ambientes escolares.

**§2º** A adoção não importará em ingerência nas atividades pedagógicas, na gestão de pessoal, no calendário escolar ou em conteúdos curriculares.

**Art. 2º** Poderão participar do programa pessoas físicas e jurídicas, mediante:

- I – doação de materiais, equipamentos, livros, uniformes e mobiliários novos;
- II – execução, por conta do adotante, de obras e serviços de manutenção, reforma, ampliação ou acessibilidade, observadas as normas técnicas, de segurança, sustentabilidade e a prévia autorização municipal;
- III – outras ações de apoio que resultem em melhoria da infraestrutura escolar.

**Parágrafo único.** As intervenções previstas no inciso II dependerão de projeto aprovado pelo órgão municipal competente e serão acompanhadas tecnicamente pela Administração.

**Art. 3º** A participação se formalizará por termo de cooperação celebrado entre o adotante e o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação.

**§1º** A cooperação terá caráter voluntário, não gerará ônus ao Município, nem concederá incentivos ou benefícios fiscais.

**§2º** O termo terá prazo determinado, renovável mediante avaliação do cumprimento das obrigações.

**§3º** O termo poderá ser rescindido a qualquer tempo, em caso de descumprimento, motivadamente.

**Art. 4º** Os adotantes poderão divulgar, para fins institucionais e educativos, as ações realizadas, observado:

**I** – vedação à publicidade político-partidária ou que caracterize promoção pessoal;

**II** – posicionamento de placas, quando houver, em locais definidos pela Secretaria Municipal de Educação, com padrão visual a ser regulamentado.

**Art. 5º** Cada unidade escolar poderá ser adotada simultaneamente por até 3 (três) adotantes, devendo a Secretaria Municipal de Educação coordenar e compatibilizar as contribuições.

**Art. 6º** A Secretaria Municipal de Educação manterá cadastro público das escolas disponíveis para adoção e painel de transparência com os termos celebrados, doações e ações executadas.

**Art. 7º** As ações do programa não substituem as obrigações rotineiras de manutenção e investimentos a cargo do Município.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 9º** - Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, em 14 de outubro de 2025.



Alex Alves Peixoto  
Vereador Proponente

## **JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei tem como finalidade instituir O programa “Adote uma Escola” que mobiliza a comunidade e o setor privado em melhorias objetivas da infraestrutura escolar, sem custo ao erário e sem interferir no pedagógico.

A proposta estabelece regras claras de aprovação técnica, transparência e comunicação institucional, priorizando acessibilidade e sustentabilidade. A iniciativa soma esforços à política educacional municipal, acelera pequenas reformas e garante melhores condições de aprendizagem para nossas crianças.

**COMISSÃO DE DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**  
**PARECER EM PRIMEIRO TURNO - PROJETO DE LEI Nº 560/2023**  
**VOTO DO RELATOR**

**1. DO RELATÓRIO**

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei em epígrafe de autoria dos vereadores Marcela Trópia, Braulio Lara, Fernanda Pereira Altoé, Flávia Borja, Irlan Melo, Jorge Santos, Professor Juliano Lopes, Professora Marli e Rubão.

O Projeto em análise foi instruído com a legislação correlata nas folhas de nº 05-08.

Consoante despacho de recebimento exarado pelo Exmo. Presidente da Câmara compete a esta Comissão emitir parecer, na forma do art. 52, I, "a", do Regimento Interno, sobre:

- a) Aspecto constitucional, legal e regimental dos projetos, salvo exceções regimentais;

Designado Relator para a matéria, passo à fundamentação de parecer e voto.

**2. DA FUNDAMENTAÇÃO**

Passando a análise do Projeto de Lei nº 560/2023 que visa instituir o "Programa "Adote uma Escola", no âmbito das unidades escolares do Município", adentramos as considerações técnicas atinentes a esta comissão.

**2.1 Da Iniciativa**

Antes de adentrar o exame específico de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei, passo à análise da iniciativa legislativa para a matéria, aspecto que acaba por alcançar todos os outros anteriormente citados, em decorrência do princípio constitucional da separação harmônica de Poderes.

O art. 87, da Lei Orgânica do Município, prevê que "a iniciativa de lei cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos definidos nesta Lei Orgânica". Em seguida, o mesmo diploma legal, enumera no seu art. 88 as matérias de iniciativa privativa da Mesa da Câmara e do Prefeito.

Pois bem. Verifico que a propositura encontra fundamento nos artigos 87 e 88, da Lei Orgânica do Município, inexistindo usurpação de competência a lhe obstar a tramitação, razão pela qual procedo à seguinte análise quanto à constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 560/2023.

## **2.2 Da Constitucionalidade**

O Projeto de Lei encontra amparo no art. 30, incisos I e II, da Constituição da República, que reserva ao Município a competência para "legislar sobre assuntos de interesse local", bem como "suplementar, a legislação federal e a estadual no que couber".

No mesmo sentido, a disciplina contida no art. 171, I, da Carta Mineira que, ao tratar da competência legislativa do Município, ratificou a sua competência para legislar "sobre assuntos de interesse local".

Ademais, a Constituição Federal estabelece, ainda, que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, **será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade**, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Assim, do ponto de vista da constitucionalidade é adequado, não ferindo a Constituição da República e tampouco a Constituição do Estado de Minas Gerais. Transposta esta etapa passemos a análise da Legalidade.

### 2.3 Da Legalidade

A legalidade pressupõe ideia de submissão ao poder de comando e obediência à lei, tornando objetivas as práticas dos administradores, de acordo com preceitos e princípios constitucionalmente estabelecidos e os deveres a serem impostos aos cidadãos, respeitado o princípio da isonomia.

Do ponto de vista legal, entendo que o Projeto de Lei está em consonância com a legislação vigente. Porquanto, vejamos.

A Proposta coaduna com a Lei Orgânica do Município, que traz as seguintes diretrizes sobre a educação:

Art. 157 - A educação, direito de todos, **dever do Poder Público e da sociedade**, tem como objetivo o pleno desenvolvimento do cidadão, tornando-o capaz de refletir sobre a realidade e visando à qualificação para o trabalho.

§ 1º - O dever do Município com a educação implica a garantia de:

[...]

VI - expansão e manutenção da rede municipal de ensino, com a dotação de infra-estrutura física e equipamentos adequados;

Art. 158 - Na promoção da educação pré-escolar e do ensino de primeiro e segundo graus, o Município observará os seguintes princípios:

[...]

VIII - incentivo à participação da comunidade no processo educacional;

Art. 159 - Para o atendimento de crianças de zero a seis anos de idade, o Município deverá:

[...]

IV - estabelecer normas de construção e reforma de logradouros e dos edifícios para o funcionamento de creches, buscando soluções arquitetônicas adequadas à faixa etária das crianças atendidas;

[...]

Art. 161 - Fica assegurada a cada unidade do sistema municipal de ensino, inclusive às creches, a destinação de recursos necessários à sua conservação, manutenção e vigilância e à aquisição de equipamentos e materiais didático-pedagógicos, conforme dispuser a lei orçamentária.

Art. 163 - As escolas municipais deverão contar, entre outras instalações e equipamentos, com laboratório, biblioteca, auditório, cantina, sanitário, vestiário, quadra de esportes e espaço não-cimentado para recreação.

§ 1º - O Município garantirá o funcionamento de biblioteca em cada escola municipal, acessível à população e com o acervo necessário ao atendimento dos alunos.

§ 2º - Cada escola municipal aplicará pelo menos dez por cento da verba referida no art. 161 na manutenção e ampliação do acervo de sua biblioteca.

## 2.4 Da Regimentalidade

Ultrapassadas as questões anteriores, o Projeto de Lei nº 560/2023 fora instruído corretamente de acordo com o Regimento Interno. Assim, no que diz respeito à regimentalidade não verifico, portanto, vício capaz de impedir o prosseguimento da proposta.

## 3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela Constitucionalidade, Legalidade, e Regimentalidade do Projeto de Lei nº 560/2023.

Belo Horizonte, 17 de abril de 2023

RAMON Assinado de forma  
BAPTISTA digital por RAMON  
BAPTISTA  
BIBIANO:49531867  
BIBIANO:49 615  
531867615 Dados: 2023.04.18  
11:45:26 -03'00'

**Vereador Ramon Biblano da Casa de Apolo**

Relator

Aprovado o parecer da  
relatora ou relator  
Plenário 25/04/2023  
Em 25/04/2023  
Presidência da reunião



INÍCIO TERMOS DE USO F.A.Q.

## RELATÓRIO

## ▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 18/04/2023 15:25:07 UTC  
Versão do software 2.11rc5

## ▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Parecer PL 560.2023.pdf  
Resumo SHA256 do arquivo 534a72fc7a07e074c46e3f4b533575f96349883f9d5914c9226efc1e79fdefee  
Tipo do arquivo PDF  
Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=RAMON BAPTISTA BIBIANO:\*\*\*318675\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

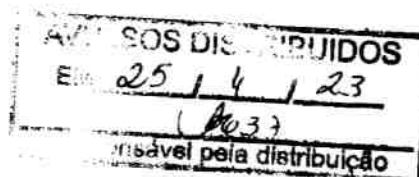
## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	18/04/2023 14:45:26 UTC
Status dos atributos	Aprovados

## ► Informações do assinante

## ► Caminho de certificação

## ► Atributos

AVALIE ESTE  
SERVIÇOEXPANDIR  
ELEMENTOSModo escuro ☐